

O Conturbado mundo das ações de conservação em praças patrimoniais da cidade de João Pessoa, em três atos

Anne Camila C. Silva, Maria Berthilde M. Filha, Ivan Cavalcanti Filho

C. SILVA, Anne Camila, M. FILHA, Maria Berthilde, CAVALCANTI FILHO, Ivan. O Conturbado mundo das ações de conservação em praças patrimoniais da cidade de João Pessoa, em três atos. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 196-228, jul./dez. 2016

data de submissão: 15/02/2016

data de aceite: 02/08/2016

Anne Camila C. Silva é mestre em Arquitetura e Urbanismo e professora da FSM e IESP | anne.ccs@gmail.com

Maria Berthilde M. Filha é doutora em História da Arte e professora da UFPB | berthilde_ufpb@yahoo.com.br

Ivan Cavalcanti Filho é doutor em História da Arte (PhD) e professor da UFPB; icavalcantifilho@yahoo.com.br

Resumo

As Praças encontradas dentro dos perímetros de tombamento dos órgãos de preservação patrimonial de caráter nacional (IPHAN) e estadual (IPHAEP), na cidade de João Pessoa, vem desde a década de 1980, até meados dos anos 2000, passando por inúmeras transformações de forma, função e qualificação. Estas mudanças acompanham o desejo político, econômico e social de modernização da cidade, mas em especial, da forma de se pensar intervenção nos espaços urbanos de caráter patrimonial. Esta busca incessante, e muitas vezes exaustiva, sobre como intervir no centro histórico da cidade, levam a um desgaste dos conceitos e denominações aplicados pelas ações, sem apresentar uma solução duradoura.

Palavras-chave: patrimônio, centro histórico, praças, conservação.

Abstract

The squares found in the listing perimeters of heritage preservation organs of national (IPHAN) and State character (IPHAEP), in João Pessoa city, comes from the 1980's, until the mid-2000, going through numerous transformations of form, function and qualifications. These changes accompany the desire of political, economic and social city modernization, but in particular, the way of thinking about intervention in the urban spaces of patrimonial character. This relentless pursuit, and many times exhaustive, about how to intervene in the historical center of the city, lead to increased wear of the concepts and designations applied for the actions, without a lasting solution.

Keywords: heritage, historical center, squares, conservation.

Resumen

Las plazas que se encuentran dentro de los perímetros de los órganos de la preservación del patrimonio de carácter nacional (IPHAN) y estadual (IPHAEP), en la ciudad de João Pessoa, viene desde 1980, hasta el mediados de 2000, pasando por numerosas transformaciones de forma, función y cualificación. Estos cambios acompañan el deseo de la modernización política, económica y social de la ciudad, pero en particular, la forma de pensar acerca de la intervención en los espacios urbanos de carácter patrimonial. Esta búsqueda incessante, y muchas veces exaustiva, sobre cómo intervenir en el centro histórico de la ciudad, llevando a mayor desgaste de los conceptos y denominaciones aplicadas por acciones, sin una solución duradera.

Palabras-clave: patrimonio, centro histórico, plazas, conservación.

Introdução

Ao longo de todo o século XX os conceitos de monumento e patrimônio foram constantemente revistos, reorientando a construção do acervo de bens a conservar enquanto referências que permitem às gerações futuras apreender suas origens, conhecer sua história e manter a memória coletiva (LE GOFF, 2003). Esta prática ganhou ênfase a cada momento em que surgiam ameaças eminentes de perdas do patrimônio e, assim como em séculos anteriores a Revolução Francesa e a Revolução Industrial haviam alertado para a necessária conservação dos monumentos do passado; no século XX acontecimentos como as duas guerras mundiais evidenciaram a importância do patrimônio para manutenção da história da humanidade e da identidade das nações. Era preciso conservá-lo considerando este patrimônio em suas diversas escalas de representatividade: os bens de reconhecida importância como patrimônio da humanidade e, também, aqueles que registram a memória coletiva local.

No Brasil, quando foi posta em prática a proteção do patrimônio, encontrava-se consolidada a nível internacional que esta prática se referia a “salvaguarda dos vestígios do passado da Nação, e mais especificamente com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico” (FONSECA, 2009, p. 81). O ano de 1937 marcou definitivamente a proteção do patrimônio como atribuição do Estado através da criação do SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo este o atual IPHAN.

Entretanto, foi apenas na década de 1960 que o conceito de patrimônio composto por monumentos edificados reconhecidos por valores históricos e artísticos passou por uma primeira e significativa revisão, quando a Carta de Veneza definiu ser também parte do patrimônio “o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964).

Esta nova postura abria portas para a conservação de núcleos urbanos, extrapolando os limites dos monumentos e inibindo as intervenções de caráter “cirúrgico” que mesmo assim perduraram no Brasil até a década de 1970. Esta prática foi sendo abandonada a partir da década de 1980 com o progressivo reconhecimento e proteção de amplos tecidos urbanos como patrimônio histórico das cidades, concepção que nor-

teou, por exemplo, o tombamento do centro histórico da cidade de João Pessoa, em 1982, por ação do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba).

Até a década e 1960 o núcleo inicial da capital paraibana, resultado da superposição dos diversos tempos da sua formação, continuava sendo entendido como a "cidade", onde tudo acontecia: comércio, serviços, lazer e moradia. Mas quando se intensificou a expansão da malha urbana, em particular a partir da década de 1970, esta área foi sendo referida como o "centro da cidade", para onde se dirigia a população que passara a habitar em bairros mais afastados do núcleo inicial que, no entanto, continuava concentrando as atividades de comércio e serviços. Assim, como analisam Vargas e Castilho (2009, p. 01) este tipo de mudança fez com que o "centro da cidade", em muitas cidades brasileiras passe a ser identificado como "o lugar mais dinâmico da vida urbana, animado pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades". Esta compreensão faz-se necessária pois é a partir dela que será possível vislumbrar a origem do Centro Histórico e futuro perímetro de tombamento.

Nos anos de 1980, o centro antigo de João Pessoa efervescia com suas atividades comerciais e de serviço, sendo considerado um dos melhores espaços de compra da cidade e lugar de encontro da sociedade. Mas, progressivamente, foi perdendo esta característica e passando a atender uma população de menor poder aquisitivo, em decorrência do surgimento de outros centros comerciais junto aos bairros residenciais em processo de consolidação ou formação.

Chegamos à década de 1990 com uma realidade instalada no núcleo inicial da cidade que pouco propiciou a conservação do patrimônio edificado ali existente: crescente esvaziamento do uso residencial, ocupação dos imóveis com comércio, serviços e "usos não compatíveis com a realidade das [...] edificações", a exemplo de oficinas mecânicas, comércio de peças automotivas, eletrônicas e de materiais de construção civil (MELO, 2009, p. 32). Ao fim desta mesma década, estava evidente a mudança de função na área central de João Pessoa, em grande parte resultado da expansão urbana e surgimento de novos bairros detentores de uma infraestrutura mais compatível com os anseios da sociedade contemporânea, o que motivou a população a migrar para estas outras áreas, evadindo do centro.

Assim, ao longo destas últimas décadas, este conjunto de fatores colaborou para a constituição de uma imagem decadente do centro antigo, nutrindo a ideia que o lugar é uma “área degradada e abandonada, onde muitas ruas ficam ocupadas por desempregados, crianças e jovens em situação de rua que vêm para o Centro porque aqui são mais visíveis e mais próximos das suas soluções de sobrevivência” (MELO, 2009, p. 32).

Em paralelo a esta realidade, a partir da década de 1980 se começava a discutir no Brasil as possíveis estratégias para desacelerar a deterioração das áreas centrais em virtude do esvaziamento e dos novos usos ali instalados (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 2). Esta preocupação envolvia os órgãos responsáveis pela conservação do patrimônio¹, e apontava as recomendações contidas nas cartas patrimoniais em busca de alternativas para a manutenção física e simbólica das áreas centrais, detentoras da ‘história’ das cidades.

¹ Ao longo deste trabalho opta-se por utilizar o termo conservação e não preservação, tendo em vista que conforme a ‘Carta de Burra’ (1980), a conservação prevê ações diversas que não se limitam à restauração e “segundo as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de construção ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas”. Entende-se então que a conservação determina a proteção e utilização racional que garanta a sustentabilidade do bem, admitindo a restauração, adaptações/ modificações, e a proteção integral a fim de evitar a perda total ou parcial do bem, entendendo-o como algo a ser protegido em sua memória e integridade física.

Todo este contexto é também pertinente à cidade de João Pessoa, pois ao tempo em que acontecia toda expansão e transformação urbana, surgia a ideia de que o “centro da cidade” era também um “centro histórico”, sendo assim reconhecido como tal a princípio pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), que desde 1980 procedeu ao tombamento isolado de 54 bens imóveis na cidade, e delimitou, em 1982, a primeira poligonal para proteção da área histórica de João Pessoa, a qual foi revista em 2004, sempre tendo por meta abarcar a área que corresponde a malha urbana existente no século XIX.

² Vale esclarecer que as praças em estudo estão contidas tanto na poligonal do centro histórico definida pelo IPHAEP, quanto pelo IPHAN. A cada tempo estas instituições tiveram maior ou menor participação sobre essas ações, considerando que somente nos anos 2000 o IPHAN passou a ter uma superintendência na Paraíba e, em 2007, foi aprovada a delimitação do centro histórico a nível nacional. Aqui nos referimos sempre à relação que estas praças têm com a poligonal do IPHAN pois tendo esta um contorno mais restrito, torna possível abarcar uma área que elucida nossas questões de forma mais coerente. Também foi considerado que assim procedendo era possível ter por referência as leis federais que se agregam às normativas estaduais e municipais, oferecendo mais subsídios para a compreensão do pensamento preservacionista que vigorava a cada época.

Este centro antigo teve seu valor histórico confirmado em 2007, através do tombamento efetuado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que definiu nova poligonal de proteção, restrita às áreas formadas até o século XVIII, se superpondo, portanto, ao tombamento estadual. Nesta poligonal, estão inseridos diversos monumentos isolados protegidos pelo IPHAN (figura 01), entre as décadas de 1930 e 1980.

Neste perímetro encontramos treze praças², das quais seis servirão como objetos de estudo para este trabalho, tendo em vista que cada uma delas forma, em blocos distintos e separados por três tempos — leia-se décadas (1980; 1990; 2000), as formas de se pensar requalificação para espaços livres públicos na cidade de João Pessoa-PB, segundo pesquisa base para este estudo: a dissertação da autora, sob o título: Sobre a requalificação de Praças no Centro Histórico de João

Pessoa: um panorama das ações entre as décadas de 1980 e 2010. Para a primeira atuação de requalificação em praças patrimoniais, observar-se-ão as Praças São Francisco e Dom Adalto, que receberam intervenção na década de 1980; em seguida apresenta-se na década de 1990, a Praça Anthenor Navarro – ícone e representante do Centro Histórico até os dias atuais; por fim, as Praças requalificadas na primeira década do século XXI: Rio Branco, Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva.

LEGENDA	
	Praça São Francisco
	Praça Dom Ulrico
	Praça Dom Adauto
	Praça Rio Branco
	Praça Vidal de Negreiros
	Praça Aristides Lobo
	Praça Pedro Américo
	Praça João Pessoa
	Praça Venâncio Neiva
	Praça Anthenor Navarro
	Praça XV de Novembro
	Praça Álvaro Machado
	Praça Napoleão Laureano

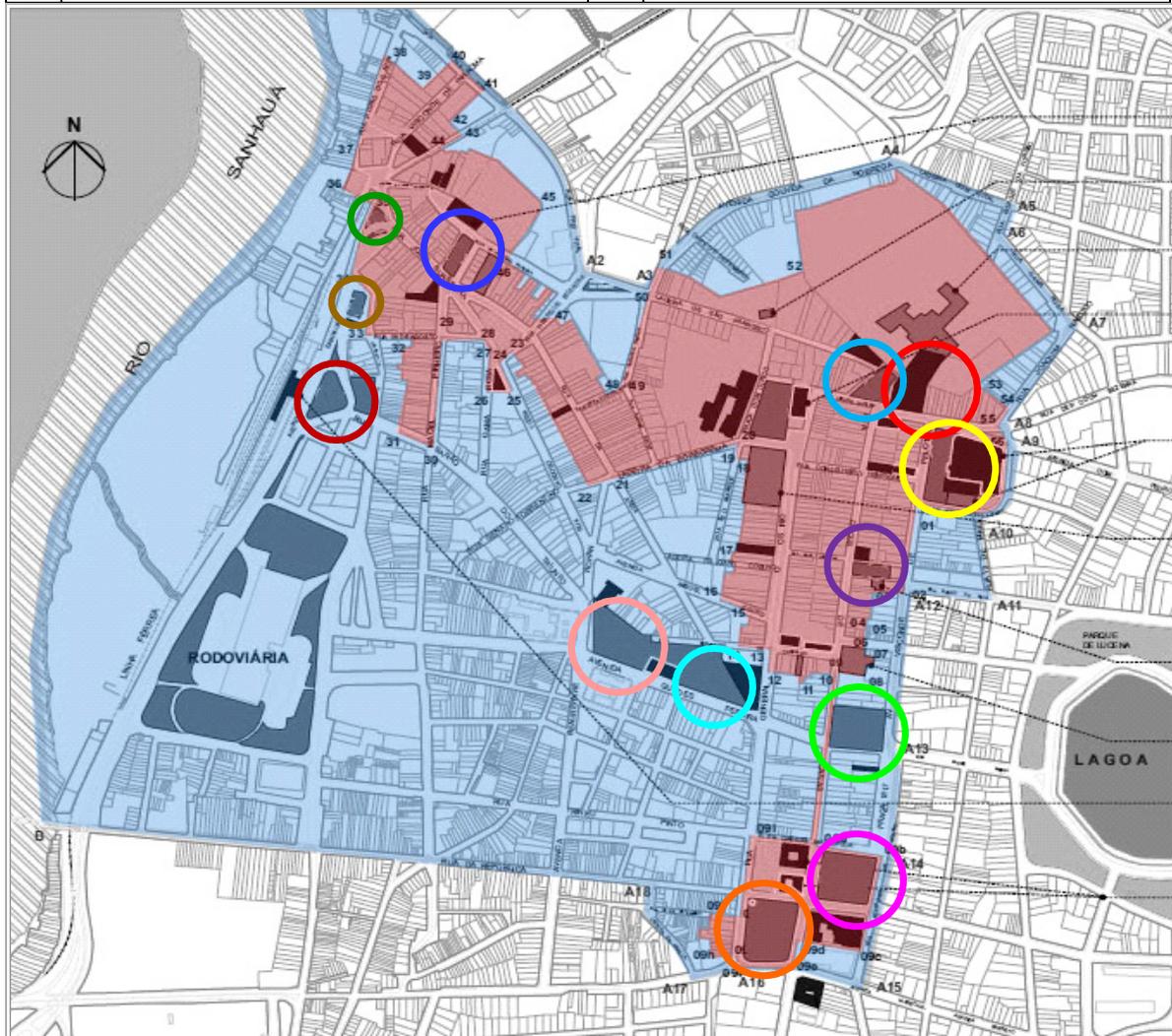


Figura 1
 Mapa da Poligonal de Tombamento do IPHAN, 2007. Em azul a poligonal de entorno; em rosa está o tombamento rigoroso.
 Fonte: IPHAN, editado pela autora

Primeiro Ato: a década de 1980 e o monumento histórico

Foi na década de 1980 que, a nível nacional, se ampliou o acervo de cidades e centros históricos tombados, consagrando as "áreas urbanas como principais objetos patrimoniais e centro do discurso preservacionista [...] no Brasil" (SANT'ANNA, 1995, p. 224). Rati-ficando este fato, no ano de 1982, o IPHAEP define a área reconhecida como Centro histórico da cidade de João Pessoa, delimitando seu perímetro de tombamento (figura 02), pelo Decreto Estadual n. 9.484 de 1982.

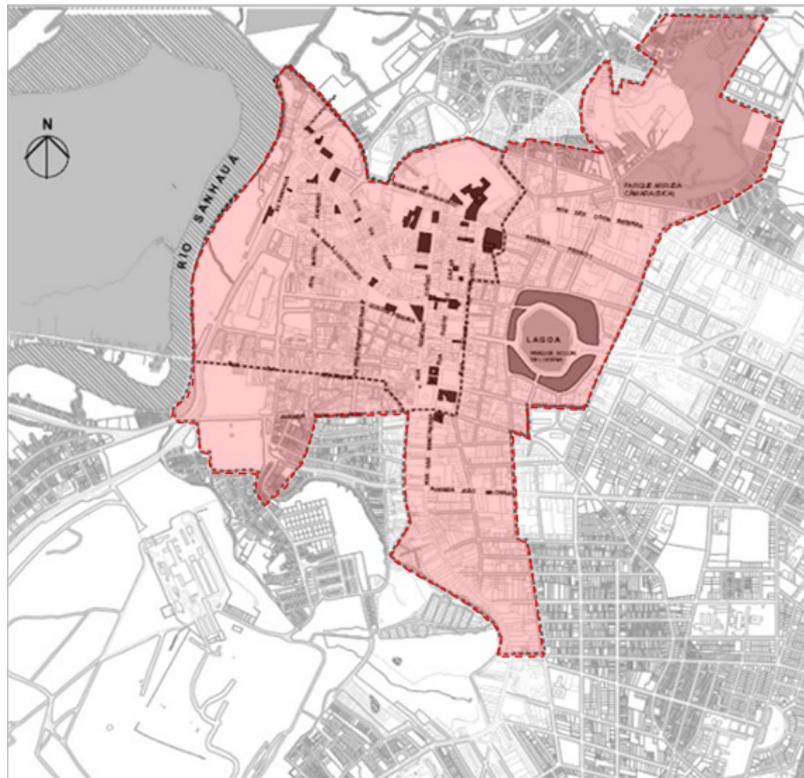


Figura 2

A linha tracejada em vermelho marca a delimitação da Poligonal de tombamento definida pelo IPHAEP em 1982.

Fonte: IPHAEP

Em consulta a documentos encontrados na Biblioteca da Superintendência do IPHAN na Paraíba observamos a ocorrência de projetos pontuais de restauração na cidade de João Pessoa, neste mesmo ano de 1982, como veremos adiante. Eram alvo destas restaurações monumentos do período colonial, em resposta aos caminhos traçados pelo IPHAN ainda da década de 1950 quando "verificou-se por fim uma como que hipertrofia dos setores dedicados à conservação e restauração dos monumentos de pedra e cal, com ênfase principalmente dos representativos da aculturação da arquitetura europeia no Brasil" (SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 52).

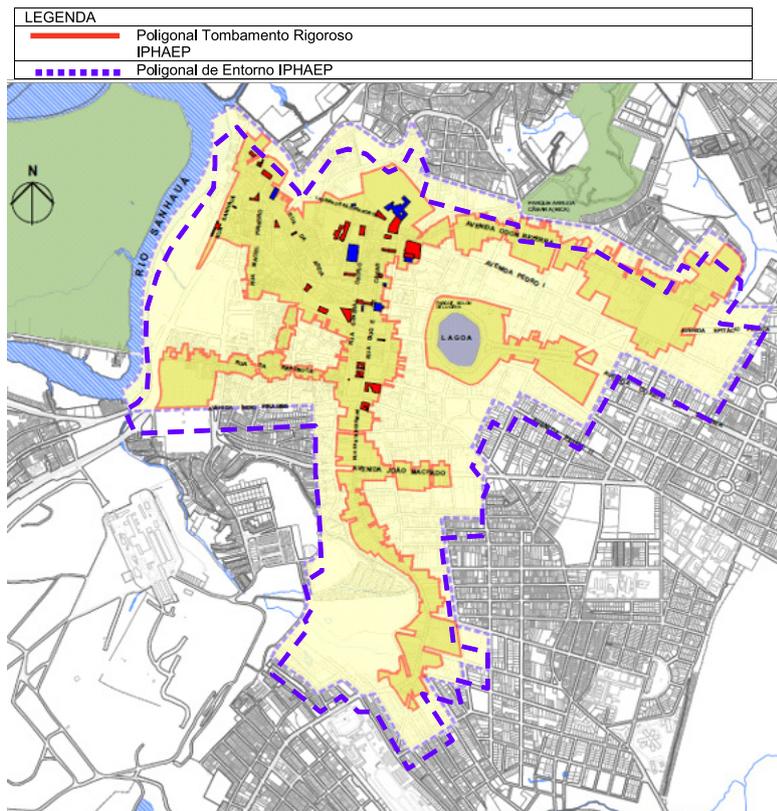


Figura 3
Poligonal de tombamento estadual (IPHAEP) resultante da revisão em 2004.

Fonte: IPHAEP

Assim, passou a vigorar o Decreto n. 25.138, de 28 de junho de 2004, que definiu uma poligonal de tombamento compreendendo a cidade construída até o início do século XX.

Neste contexto, em 24 de novembro de 1987, foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico da cidade de João Pessoa (CPDCH), cuja função era implantar e monitorar o Projeto de Revitalização do Centro histórico – PRCH (1987-2002). Este projeto teve “como objetivos básicos: a recuperação das raízes culturais comuns entre Brasil e Espanha; a restauração e valorização do nosso patrimônio natural e construído, e a formação de mão de obra especializada em diversos níveis, inclusive com a revalorização de ofícios artesanais” (CPDCH, 2002, p. 108-109).

No mesmo ano de 1987 foi selado o Convênio de Cooperação entre o Governo do Brasil e o Governo da Espanha para a realização de obras previstas no Programa de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. É importante esclarecer que a área de atuação dessa Comissão não correspondia à poligonal do Centro Histórico delimitada pelo IPHAEP uma vez que a mesma “concentrava seus esforços num perímetro

que abrangia a área de ocupação urbana até a segunda metade do século XIX aproximadamente, enquanto o IPHAEP trabalhava com um espaço físico mais amplo, bem como um período de expansão histórica até a primeira metade do século XX” (COSTA, 2009, p. 127).

Consta no documento “Centro Histórico de João Pessoa” (CPDCH, 2002, p. 29), que neste primeiro momento “são priorizadas ações que visavam o resgate emergencial de monumentos que se achavam há vários anos abandonados”. Isto era ainda mais relevante se consideramos que no período de instalação do PRCH, o “planejamento municipal limitava-se apenas aos aspectos urbanísticos não se preocupando com os aspectos da preservação do patrimônio histórico” (Idem, p. 07).

Tendo por referência o contexto nacional, retomemos um trecho do discurso do então Governador Tarcísio Burity, proferido em 1988 durante a celebração que firmou cinco convênios entre o governo municipal e o governo federal; representados respectivamente pelo Prefeito de João Pessoa, Carneiro Arnaud e o Ministro da Cultura, Celso Furtado. Vale ressaltar que o objetivo destes convênios era a preservação de vários sítios e monumentos históricos da capital, que se encontravam em estado precário:

Uma nação que se preza e queira legar o seu futuro, tem que preservar seus monumentos históricos. Com a preservação dos seus sítios históricos, João Pessoa continuará sendo admirada e frequentada, uma cidade que soube preservar o seu passado, se identificar com a sua história e garantir a evolução do futuro (A UNIÃO, 10/05/1988, p.1).

Desta forma, apresentam-se como restaurações executadas à época as que contemplavam edificações coloniais, como exemplo temos o Convento Franciscano e o Complexo Carmelita, inseridos na Praça São Francisco e Praça Dom Adauto, respectivamente (figuras 04; 05; 06; 07); que apareciam de forma coadjuvante nas notícias sobre a restauração do Convento Santo Antônio e Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Em contrapartida, muitas são as restaurações relatadas no mesmo periódico – Jornal A UNIÃO, como o Hotel Globo, a Igreja de São Bento, e até mesmo o Teatro Santa Roza, não constante no planejamento apresentado até então.

Nesta perspectiva, a proposta apresentada para a revitalização da Praça Dom Adauto expressa sua importância e visa enfatizar a presença de seu monumento, tendo em vista que o espaço livre público se encontra à frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (fi-



Figuras 4 e 5
Praça São Francisco, ao fundo Convento de Santo Antônio, 1981; Praça Dom Adauto, com perspectiva da Igreja do Carmo, Capela da Ordem Terceira e Casa de Oração, 1940.
Fonte: Acervo Biblioteca IPHAN - Superintendência de Pernambuco



Figuras 6 e 7
Praça São Francisco, ao fundo Convento de Santo Antônio, 2012. Praça Dom Adauto, com perspectiva da Igreja do Carmo, Capela da Ordem Terceira e Casa de Oração.
Fonte: Acervo pessoal

gura 08), “podendo ser considerado parte integrante da mesma” (CPDCHJP, 1988). Assim, o documento de 01 de junho de 1988 aponta que “o Projeto de intervenção dessa Praça foi desenvolvido com o objetivo de recuperar a unidade do Conjunto de singular valor histórico arquitetônico onde a proposta visa realçar os monumentos religiosos dos Carmelitas e as edificações do século XIX”, elaborando então uma nova disposição de layout para o piso, a substituição do mobiliário urbano e das espécies arbóreas.

A Praça Dom Adauto se apresenta recortada em três canteiros; esta disposição não oferece um passeio seguro e contínuo para os pedestres, além de permitir a aproximação de veículos do monumento da Ordem Carmelita, e uma visualização inadequada – leia-se apreensão, da estrutura arquitetônica por parte dos observadores em virtude das espécies arbóreas de copa densa e inapropriada para o local (figura 09; 10).

Então, perante este espaço fragmentado e ocupado por veículos, um parecer emitido pelo IPHAEP, em 05 de setembro de 1988, solicitava a “execução de um calçadão em torno da Ordem Terceira do Carmo” forçando a retirada da circulação do automóvel em toda a área da Praça e Travessa Dom Adauto (atualmente Rua Aloísio Sobreira, ver figura 27). Em tal parecer diziam: “Este calçadão visa proteger a igreja do tráfego, uma vez que se apresentam rachaduras em sua parede, comprometendo desta forma a estrutura do monumento.” (IPHAEP, 1988).

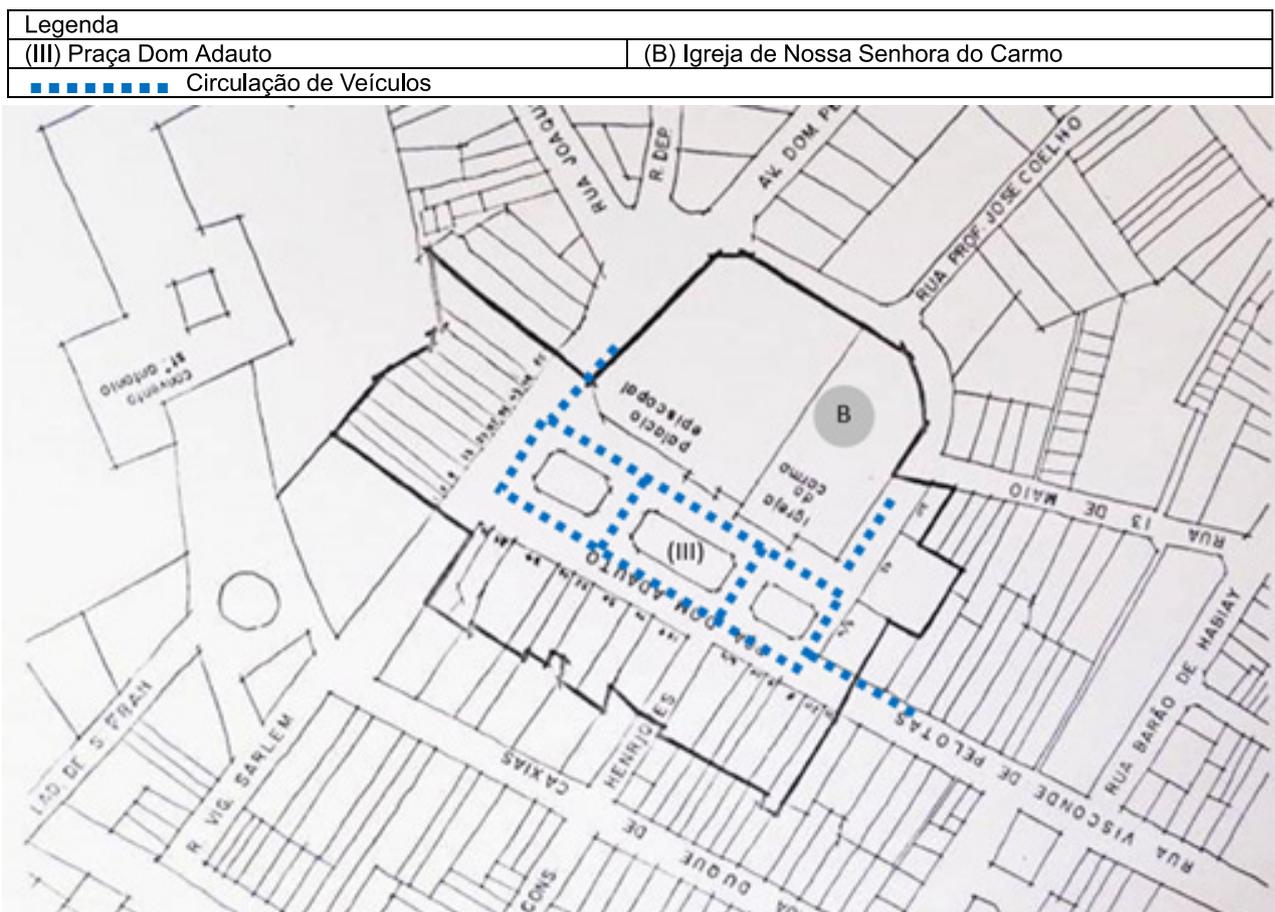


Figura 8
Mapa da área de circulação de veículos ao redor da Praça Dom Adauto, 1988.
Fonte: IPHAEP, editado pela autora



Figura 9 e 10

Praça Dom Adauto, 1988.

Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

Considerando a realidade encontrada, o Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto incorporou a antiga configuração, em três canteiros, e gerou um piso contínuo mas definindo três “ambientes” distintos, a fim de que fossem “valorizadas” as potencialidades de cada setor da praça (figura 11). No primeiro setor, à frente do Palácio Episcopal pretendeu-se inserir palmeiras e outras espécies de copa rala que pudessem gerar sombreamento e amenidade climática, criando assim um local de encontro e diminuindo a interferência visual sobre o monumento histórico tombado. No segundo setor, à frente do Complexo Carmelita foram retirados qualquer obstáculo ao observador, criando uma perspectiva direcionada para a edificação carmelita. Por fim, na extremidade ao sul da praça foi proposta a inserção de espécies vegetais de copa mais densa, visando minimizar as “interferências visuais” causadas pela edificação ali presente, na época julgadas de “2ª ordem” (PRPDA, 1988).

Passando à análise do projeto proposto para a Praça de São Francisco, veremos que os problemas encontrados eram semelhantes. De forma idêntica ao que foi apontado para a Praça Dom Adauto, também a Praça São Francisco estava tomada pelos automóveis, servindo de estacionamento e circulação dos mesmos através de uma via de acesso que os permitia chegar nas proximidades do cruzeiro e do adro do Convento de Santo Antônio (figura 12). No Projeto de Revitalização (1987, p. 35) consta que, ao final da década de 1980, “a Praça São Francisco, marco de grande significação para a cidade se encontra [...] com seu espaço comprometido por vias de tráfego e estacionamento, violentando o conjunto arquitetônico dos franciscanos e as edificações do terreno”.

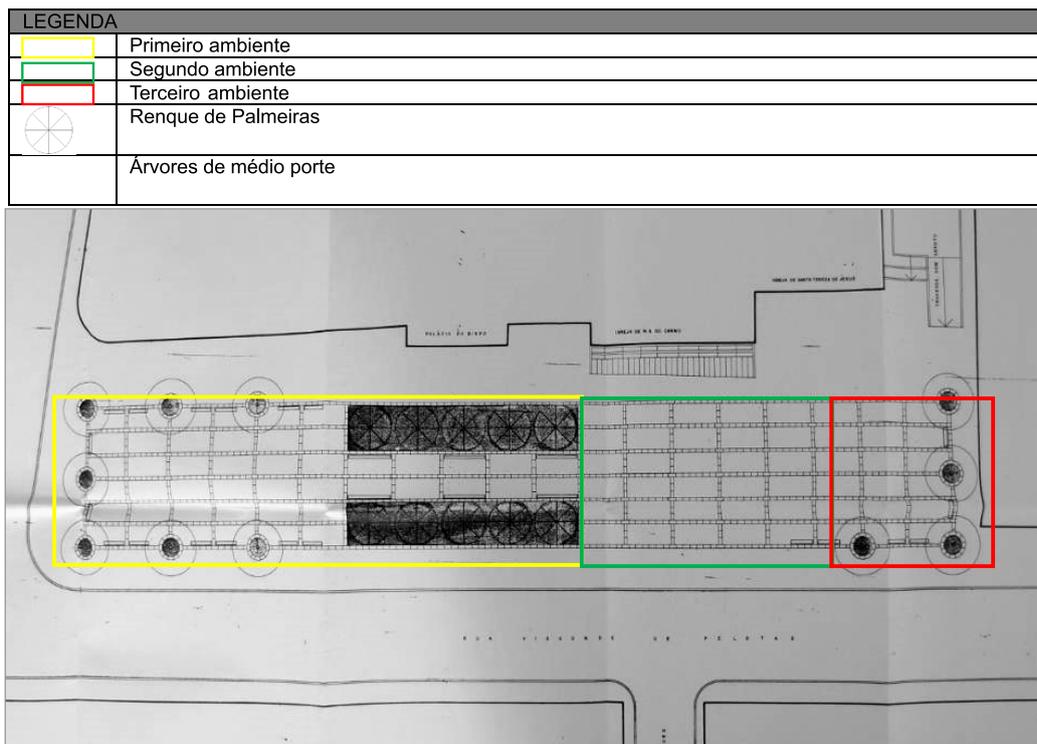


Figura 11
 Planta Proposta de revitalização da Praça Dom Adauto, 1988.
 Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa

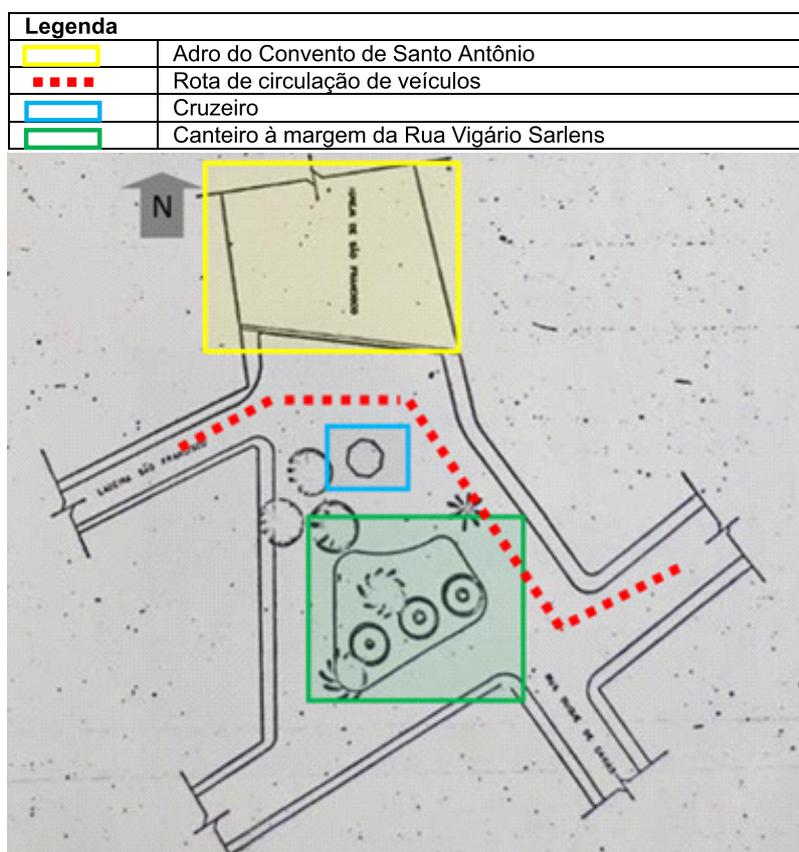
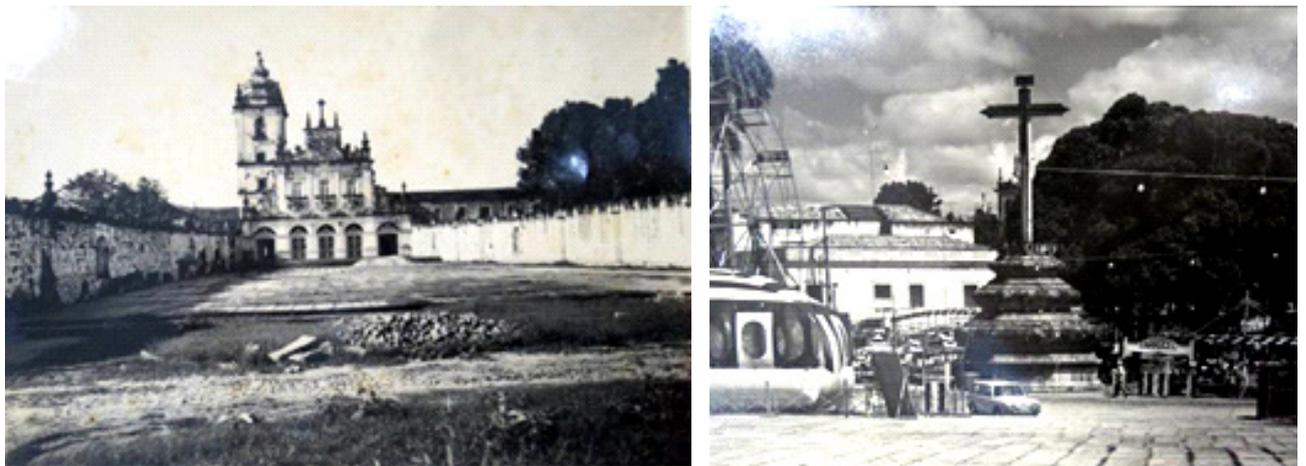


Figura 12
 Planta Baixa da Praça São Francisco, 1988.
 Fonte: Projeto de Revitalização da Praça Dom Adauto, Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro histórico de João Pessoa, editado pela autora

Além dos problemas supracitados, havia o descaso e falta de manutenção do espaço, sendo o piso da praça constantemente depredado, onde, anualmente, equipamentos para a Festa das Neves, que celebra o aniversário da capital paraibana, eram instalados e deterioravam ainda mais o lugar, representando um grande risco ao cruzeiro que convivia de perto com um parque de diversões ali colocado (figuras 13; 14).



Figuras 13 e 14

Praça São Francisco em 1971 e 1985, respectivamente.

Fonte: IPHAN, Superintendência de Pernambuco

Com o objetivo de minimizar os impactos visuais do entorno sobre a praça e o monumento, opta-se pela permanência das árvores na fachada leste, à frente da edificação recente, a fim de que sua presença fosse “camuflada” pela vegetação de copa densa. Na margem oposta, onde está a edificação considerada “de boa qualidade arquitetônica”, foi proposto um renque de palmeiras imperiais de forma que a mesma não fosse despercebida, mas também não desviasse o olhar do observador em direção ao monumento franciscano, sendo este o ponto focal da perspectiva do projeto de requalificação. Assim, a praça foi idealizada visando fixar a atenção do observador sobre o monumento, valorizando-o e conseqüentemente preservando-o.

Até aqui foi possível perceber que os dois projetos, com suas particularidades, guardavam inúmeras semelhanças, indicando um mesmo direcionamento na forma de atuação. As propostas alcançaram seus objetivos em trazer acessibilidade por meio de um piso contínuo, além de isolar o monumento do acesso de veículos, resguardando-o ainda mais. Igualmente pretendido nas duas propostas, observamos a utilização de recursos paisagísticos que não somente direcionaram o olhar do observador, seja ampliando a visualização do monumento ou “camuflando” a existência

de edificações julgadas “desinteressantes”. Ao final, podemos dizer que os dois projetos foram condicionados pelo objetivo de valorizar os ‘monumentos’ que dominam a imagem destes espaços públicos, de modo a emoldurá-los em perspectivas que os fizesse o foco das atenções do observador.

Segundo Ato: a década de 1990 e a ‘iconização’ do Centro Histórico

Na década de 1990, são completados dez anos de implantação do Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa. Segundo Scocuglia (2004, p. 123) era dado início a segunda fase deste processo, “marcada pela ampliação da participação popular (associações e entidades ligadas à cultura, à educação e à arte) e, também, membros da classe média local, do poder público estadual e municipal”. Esta atuação ecoava os escritos da Constituição Federal de 1988 e comungava com projetos desenvolvidos para outras cidades do Brasil, como o Recife Antigo, o Pelourinho em Salvador e a área central de São Luís do Maranhão.

Estas modificações apoiavam-se, em grande parte, na potencialização do turismo local, que por sua vez, aquecia a economia. Acreditava-se que além de desenvolver a economia local, o turismo cultural também seria um meio de preservar o patrimônio edificado, já que entre outros fins, visa promover “o conhecimento de monumentos e sítios históricos artísticos”, contribuindo para “a sua manutenção e proteção” justificada pelos “benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda população” (CARTA DO TURISMO CULTURAL, 1976, p. 02). Este pensamento contido em documentos dos anos de 1970 ganhou força durante as décadas subsequentes, entretanto, segundo Fernandes e Gomes (1995) a ideia de investir no turismo em prol da preservação do patrimônio é alimentada desde a época da ditadura militar:

A mercantilização da cultura proporcionava um grande impulso no país e, além disso, o regime militar procurava sanar o desemprego e promover o desenvolvimento. A união entre patrimônio e turismo, nesse momento, parecia perfeita e se apresentava como solução para diversas situações, incluída a “salvação” do patrimônio, em razão de seu aproveitamento econômico (FERNANDES; GOMES, 1995, p. 21).

Assim, Endres, Oliveira e Menezes (2007, p. 05) ressaltam que “somente nas décadas de 80 e 90 é que se estabeleceu no país a ideia de preservação aliada ao conceito de revitalização. Revitalizar, para além da restauração, é dar vida ao ambiente, fazê-lo circular nos âmbitos econômico, político, cultural e social, por

construção principal da própria comunidade”. Como meio de ação e com forte apelo do marketing político, disseminou-se na década de 1990 um novo ideal de preservação do patrimônio cultural: a criação de cenários que deveriam retomar, ou simular a história e memória do lugar, ‘transportando’ o usuário/visitante para uma época remota, sendo as atividades de lazer e turismo o meio de viabilizar economicamente este tipo de ação.

As áreas antigas de cidades brasileiras que estavam abandonadas, desprestigiadas e marginalizadas vão receber uma ‘nova velha face’. Conjuntos urbanos e arquitetônicos ganham destaque e “o termo Centro histórico passa a ter significado no imaginário da população local, através da mídia e da dinamização cultural desta área” (SCOCUGLIA, 2004, p. 127). Era preciso resignificar o centro, formando um ícone turístico (e histórico) da cidade, aliando-se lazer e cultura a fim de gerar uma economia rentável.

Para estes fins, associaram-se iniciativa pública (governo municipal) e privada (Fundação Roberto Marinho e Tintas Ypiranga) formando o projeto “Cores da Cidade”. Em síntese, a proposta se dava por meio da pintura das fachadas históricas de um recorte espacial de valor patrimonial da cidade; desta forma, criar-se-ia uma “cidade cenográfica” de casas coloridas, com uma vida boêmia-noturna efervescente, com nuances da cultura local – danças, música, artesanato e culinária.

Este mesmo conceito, e formato, foi empregado em alguns espaços de capitais do Nordeste – como o Pelourinho (Salvador-BA) e Recife Antigo (Recife-PE) –, ver figura 15 e 16, estando João Pessoa neste elenco. Nestes moldes de ação, o espaço escolhido na capital paraibana foi a Praça Anthenor Navarro, localizado na cidade baixa, Bairro do Varadouro, já que sua configuração – praça envolta por casarões de fachada eclética, formavam um conjunto com potencial para, bem como o Pelourinho e o Recife Antigo, se tornar referência como Centro Histórico.

Assim, após um período de resfriamento quanto ao número de obras realizadas pelo Projeto de Revitalização do Centro histórico - PRCH (1987-1997), em virtude da falta de apoio da gestão pública, e depois de quatro anos das experiências do Pelourinho e do Recife Antigo, chegava a vez da capital paraibana, que como relata o Jornal Correio da Paraíba deveria

repetir a mesma façanha do Recife Velho, inteiramente resgatado para o desfrute e convívio cultural da comunidade pernambucana e dos milhares de turistas que se maravilham

com a transformação lá operada (CORREIO DA PARAÍBA, 08/03/1997).

Entretanto, a situação de abandono na qual se encontrava a Praça Anthenor Navarro, ao final da década de 1990, era quase caótica (figuras 17; 18): o posto de gasolina estabelecido em seu perímetro e o passeio quase inexistente, tomado pelos veículos ali estacionados, não atraíam a passagem ou permanência do pedestre. Ademais, o espaço não dispunha de nenhum equipamento que favorecesse a sua função de praça. As treze edificações que margeiam a praça estavam em estado razoável de conservação, segundo análise emitida pelos representantes do Projeto de Revitalização da Praça Athenor Navarro, em maio de 1997. No entanto, detinham usos inadequados como oficinas mecânicas, que geravam adaptações estruturais esdrúxulas e prejudiciais ao patrimônio. Além disto, tinham suas frentes sujas e "cinzentas", e com a presença de "falsas fachadas, marquises, ar-condicionado e fiação pública" exposta, que também desfavoreciam a preservação do conjunto arquitetônico (A UNIÃO, 30/03/97).



Figuras 15 e 16
Casarões do Pelourinho, Salvador/BA, 2013. Sobrados no Recife Antigo, Recife-PE, 2014.
Fonte: Acervo Pessoal



Figura 17 e 18
Praça Anthenor Navarro, em 1987.
Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1987, disponível na Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

Em 02 de novembro de 1997, o Jornal A União noticiou: “Uma cirurgia com cara de passado: Centro Histórico ganha a plástica que tinha quando a cidade nasceu”, avisando qual a estratégia a ser adotada:

Maquilagem para envelhecer: Para limpar o visual da Cidade Velha e torná-la um ponto atraente em João Pessoa, viabilizando o projeto de revitalização do Centro histórico, todos os empecilhos serão retirados da área (A UNIÃO, 02/11/97).

E garantindo que:

As ruínas que hoje fazem parte da paisagem urbana da Cidade Velha darão espaço a barzinhos, centros culturais e praças que, apesar do aspecto de novo que passarão a ter, trarão de volta um pouco da arquitetura que João Pessoa já teve há séculos. Mas o projeto vai além da recuperação dos prédios antigos e passa pela revitalização da área – atividade que vem sendo desenvolvida em cidades como Olinda (PE) e Salvador (BA) (A UNIÃO, 02/11/97).

Assim, a proposta de intervenção ia sendo formatada, visando converter a Praça Anthenor Navarro (figura 19) no novo ‘ponto de encontro’ da sociedade, contando não apenas com estabelecimentos de gastronomia e lazer, mas também com periódicos eventos culturais e shows ao ar livre, atraindo a população e turistas. Para tanto, a proposta de revitalização da praça sugeria, a elaboração de um piso contínuo com o fechamento de ambas vias laterais, mas que posteriormente reformatada indicando transformar apenas uma das faixas de veículos em calçadão, possibilitando assim a formação de um estacionamento local. Além disto, os casarões periféricos ao espaço público teriam suas fachadas restauradas e pintadas com cores vibrantes, seus interiores reformados, a fim de receberem lojas de artesanato e arte, além de bares que impulsionariam a convivência e a geração de renda para o local (figuras 20; 21).



Figura 19
Proposta definitiva para a Praça Anthenor Navarro, em 1997.
Fonte: Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa, 1997



Figuras 20 e 21
Casarões da Praça Anthenor Navarro, 1997 e 2014.
Fonte: PRCH; Acervo Pessoal

O resultado obtido com a intervenção na Praça Anthenor Navarro se enquadra na avaliação de Leandro (2006, p. 60-61) que afirma: o valor cultural do patrimônio, nos anos 1990, foi sendo substituído pelo valor turístico. O patrimônio passa a ser um produto da cultura, podendo ser 'fabricado', 'consumido' e 'difundido'. Esta estética da nova revitalização vinha 'plastificar' os centros históricos, simulando um 'mundo encantado' onde tudo é belo e ideal. Este tipo de ação caminhava em sentido oposto às recomendações da Carta de Washington, que em 1987 retomava a importância da autenticidade dos bens, enfatizando a importância das peculiaridades que se agregaram à memória do lugar, como também defendia ações que viabilizassem a "adaptação harmoniosa à vida contemporânea", (CARTA DE WASHINGTON, 1987).

As intervenções num bairro ou numa cidade histórica devem realizar-se com prudência, método e rigor, evitando dogmatismos, mas tendo sempre em conta os problemas específicos de cada caso particular (CARTA DE WASHINGTON, 1987).

De mesma forma, posicionava-se desfavorável a estandardização do patrimônio a seguinte reflexão contida na Carta de Nara (1994):

Num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a coletiva da humanidade (CONFERÊNCIA DE NARA, 1994).

Tal afirmação nos leva a questionar: diante destes aspectos de "padronização" das "novas" áreas históricas,

como manter a identidade das mesmas? Como diferenciá-las e perceber suas peculiaridades? Para Cabral, este modelo de intervenção em áreas históricas utilizado de forma recorrente na década de 1990 pode sim:

promover a preservação do patrimônio, mas cada vez mais os projetos de preservação e conservação tendem a seguir um modelo que acaba ficando saturado. Em várias cidades, temos a impressão de que seus centros históricos são cópias uns dos outros (CABRAL, 2005, p. 03).

Apesar de todas as críticas feitas a este tipo de intervenção, a Praça Anthenor Navarro se afirmou e vem se mantendo como um dos maiores ícones do centro histórico de João Pessoa, ou para melhor dizer, vem sendo internacionalmente divulgada e conhecida como o próprio “centro histórico” da capital paraibana.

Comprova-se isto tendo em vista que segundo a Comissão Permanente para Desenvolvimento do Centro Histórico, a área delimitada para a realização do Projeto de Revitalização (1987) abarca um total de 117 hectares, contém 180 trechos urbanos que delimitam 87 quadras, as quais abrigam um total de 2.087 edificações; sendo o perímetro do Centro Histórico de João Pessoa bem mais abrangente do que é divulgado ou ‘midiatizado’. Ratifica-se tal informação após pesquisa realizada em um site de busca (figura 22), a imagem que caracteriza o Centro Histórico da capital paraibana é a Praça Anthenor Navarro (espaço livre público e entorno imediato), fato que comprova a eficiência do marketing aplicado ao produto gerado e vendido como Centro Histórico.

Essa nova imagem do centro histórico divulga o lugar e incentiva o turismo cultural, entretanto, aspectos antagônicos podem ser apontados sobre esta ação: o primeiro é a massificação da paisagem e a perda da identidade, que levam os cidadãos a uma alienação cultural, pois identificam o que seria o centro histórico por meio de uma imagem que não corresponde à realidade (exclusiva) daquele lugar, mas de um pequeno recorte espacial que é divulgado pelo marketing. Assim, quem não conhece de fato a realidade tem um entendimento deturpado em virtude desta imagem estereotipada.

Ao final do século XX, a Praça Anthenor Navarro estava ‘saindo de moda’, o cenário construído se deteriorava, o espaço público perdia progressivamente sua capacidade de atração, sendo frequentado apenas por eventuais turistas, por pequenos grupos que têm ali seu lugar de encontro, ou por um ínfimo número de residentes que persistem nos arredores.

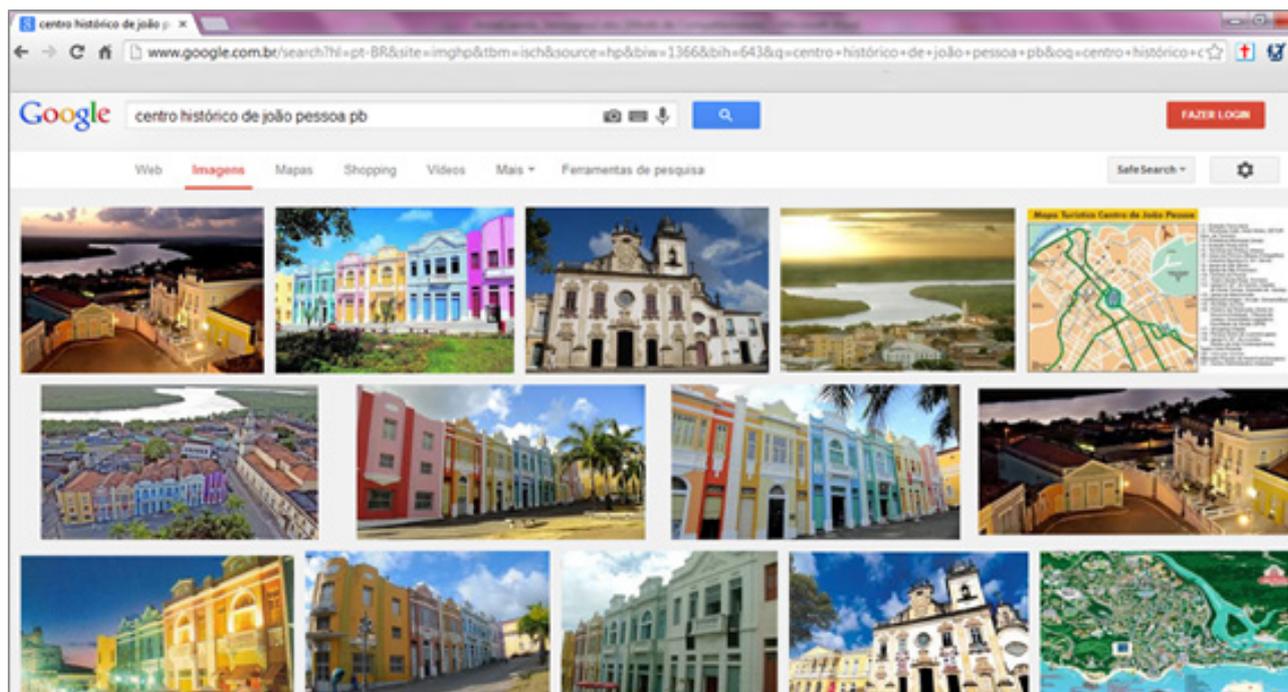


Figura 22

Pesquisa de imagens no buscador Google sobre o "Centro histórico de João Pessoa/ PB".

Fonte: Google.com.br, acessado em 01/10/2013

Terceiro Ato: o século XXI e as incoerências ou inconsistências da conservação

Com a chegada dos anos 2000, ocorreram inúmeras propostas de caráter governamental para fins de conservação do patrimônio. Para tanto, observa-se a ampliação dos conceitos sobre patrimônio, que perde o caráter histórico e ganha o título de 'cultural', subdividindo-se em duas vertentes: o patrimônio material, formado por um conjunto de bens classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. E o patrimônio imaterial, que se refere aos modos de fazer, saberes, ritos e manifestações que guardam a identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Estas ditas ações foram frutos de ideias semeadas ainda na década de 1980, como os dizeres dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 no tocante à Política Urbana, apontando o envolvimento de entidades civis e de movimentos sociais para fins de uma vida digna para todos; ou mesmo a criação do Estatuto das Cidades, em 1989. Os ideais criados na década de 1980 foram fomentados na década seguinte, com a criação de outros instrumentos de caráter mais

específico como o Projeto Monumenta ou Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, iniciado em 1995 e em vigor até 2002.

Então, em 2003 com a nova gestão do governo federal e as mudanças ministeriais e administrativas em virtude da posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Monumenta passa por uma revisão nas diretrizes de atuação. É neste ano que se constitui o MinC (Ministério das Cidades) e dentro dele é instituído o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, que viria a auxiliar nas práticas de conservação do patrimônio cultural.

Destacam-se dois planos para áreas centrais e cidades históricas: apoiado pelo Ministério das Cidades observa-se o já citado Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, e o Plano de Ação em Cidades Históricas (PAC para Cidades Históricas) em parceria com o IPHAN. Juntos atingem a valorização do Patrimônio Cultural integrando “políticas e investimentos setoriais para melhoria do ambiente urbano, tornando as áreas centrais locais agradáveis, seguros, bem servidos de infraestrutura e de serviços para toda a população, através da promoção da diversidade funcional e social, da identidade cultural e da vitalidade econômica” (IPHAN, 2011, p. 36).

Em 11 de julho de 2009, o Jornal A UNIÃO, da cidade de João Pessoa, publica a notícia relatando a possibilidade que “cidades históricas” do Nordeste Brasileiro recebam recursos federais por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) a fim de ajudar em sua preservação. Segundo o IPHAN, o PAC – Cidades Históricas “é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos”.

Para o caso específico de João Pessoa, em 2007 o IPHAN finaliza o processo de tombamento federal do Centro Histórico, o qual teve início em 2002, a partir de uma solicitação da Associação Centro Histórico Vivo (Acherivo), remetida ao Ministério da Cultura e encaminhada à Superintendência Regional do IPHAN. No entanto, o processo de tombamento levou cinco anos para ser concluído, após algumas reformulações a partir do projeto inicial. Este reconhecimento nacional, intermediado pela superintendência do IPHAN na Paraíba, considerou para fins de salvaguarda trinta e sete hectares de área, que incluem cerca de 700 edificações. O perímetro tombado foi homologado em 05

de agosto de 2008 na festa de aniversário da cidade. Considerados os mecanismos e agentes federais, adentramos sobre os meios estaduais, quando em 2004 o tombamento a nível estadual, estabelecido pelo IPHAEP é revisto e atualizado. A nova área havia sido homologada pelo Decreto n. 25.138, de 28 de junho do dito ano, tendo sido requerido pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP. Segundo este documento, o Decreto que vigorava anteriormente, sob o número de 9.484 de 10/05/1982, “gerou uma poligonal baseada em critério quantitativo de configuração espacial”, sendo necessária uma “reorientação dentro de critérios qualitativos, objetivando preservar as feições arquitetônicas e urbanas necessárias a sustentabilidade e à preservação da identidade da cidade” (Deliberação n. 005/2004, anexa ao Decreto n. 25.138), como visto anteriormente.

É somente ao final da primeira década de do século XXI, em 2008, que se iniciam as obras de requalificação em praças na cidade de João Pessoa. Em um primeiro momento não se apresentavam interesses específicos, mas sim devolver à sociedade os espaços livres públicos inadequados ou deteriorados, de forma que seu usuário viesse a recompor o público-cidadão que um dia gerou as vivências e memórias da cidade. Em seguida, a fim de atingir a área central, já marginalizada, abarcam-se três Praças inseridas no perímetro histórico tombado, ora pelo IPHAN ora pelo IPHAEP, de João Pessoa: concomitantemente, Praça Vidal de Negreiros e Praça Venâncio Neiva, e consecutivamente e com auxílio do IPHAN-PB, a Praça Rio Branco (figura 23).

A Praça Venâncio Neiva encontra-se inserida no perímetro de tombamento (rigoroso) do IPHAN, bem como a Praça Rio Branco, já a Vidal de Negreiros, faz parte do perímetro de entorno (figura 23). Ambas estão ligadas pela Rua Duque de Caxias, reconhecida como uma das mais importantes da cidade, seja pelo seu caráter histórico no que remete ao crescimento da cidade a partir de sua orientação cartográfica, seja pela questão econômica, como reconhecido pelo comercial até os dias atuais.

Outra característica comum aos espaços livres públicos é que antes de passarem pelo processo de requalificação entre 2008 e 2010, as três as praças encontravam-se degradadas e marginalizadas: seus usuários, em maioria, eram compostos por menores infratores, garotas de programa, usuários de drogas,

lavadores de carro e engraxates. Demais cidadãos permaneciam em suas áreas periféricas ou usufruíam do lugar como mera passagem, sem criar vínculos ou qualquer apropriação.

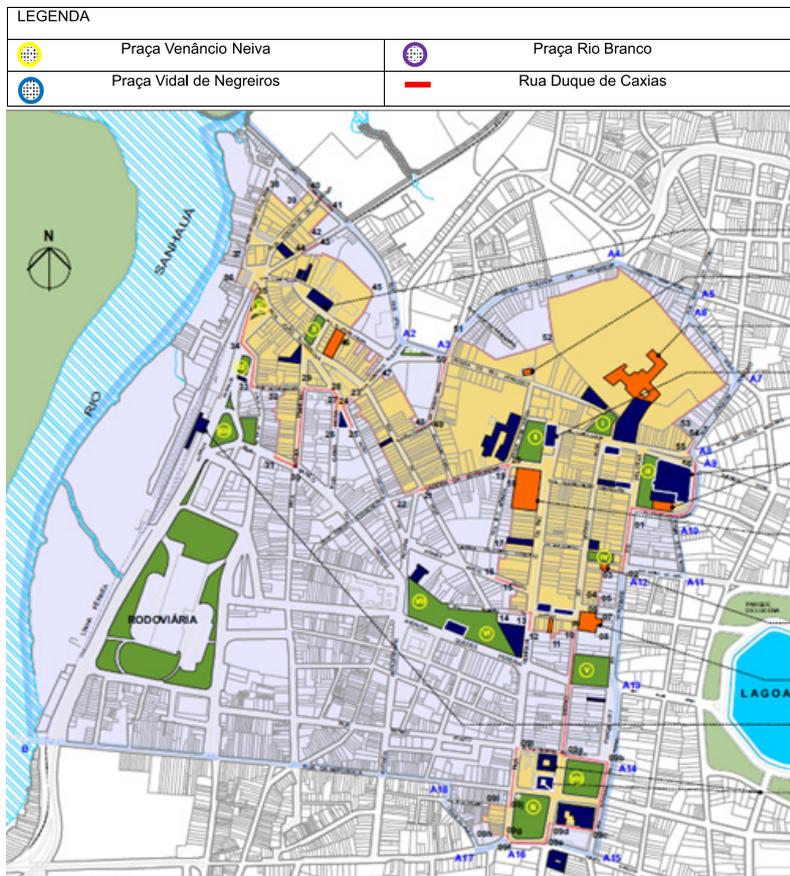


Figura 23

Mapa de Perímetro de Tombamento do IPHAN, com destaque para a Praça Venâncio Neiva, Praça Vidal de Negreiros, Praça Rio Branco e Rua Duque de Caxias.

Fonte: IPHAN, 2007, editado pela autora

O processo de requalificação da Praça Rio Branco fora financiado pelo PAC, em contrapartida às propostas das praças Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva receberam recursos próprios da Prefeitura Municipal de João Pessoa, segundo a notícia de 06/09/2010 do Portal da PMJP. Segundo Fernando Moura, coordenador da COPAC, órgão vinculado a Prefeitura de João Pessoa, em entrevista concedida ao Portal da PMJP em 06/09/2010, “estas ações se somam e vem consolidar a revitalização do nosso Centro, oferecendo espaços de convívio valorizados aos seus moradores e visitantes.”. E sobre a Praça Rio Branco, pontua que “o local estava perdido na memória da cidade, mas agora volta a ficar disponível para a população, que deve utilizá-lo como espaço de convivência, lazer e cultura.”

Assim, tendo acesso ao Memorial Descritivo de cada projeto de requalificação, observam-se as consonâncias e distanciamentos das propostas, tendo em vista seus órgãos executores. Desta forma, cabe informar que a participação do IPHAN na requalificação da Praça Rio Branco, culminou em um documento de 27 laudas, com consistente e detalhado texto. Segundo este documento elaborado em 2009, o objetivo que norteou a intervenção na praça foi a recuperação dos espaços degradados e subutilizados, visando devolver o caráter de centro de vivência (PMJP, 2009, p. 08) . O levantamento e estudos elaborados em 2008 para fundamentar o projeto apontaram os problemas de circulação e fragmentação do espaço que retiravam da praça sua condição de lugar de permanência, apresentando um passeio recortado por vagas de estacionamento de veículos (figura 24; 25; 26). Sobre o estado em que se encontrava antes da requalificação, o Memorial Descritivo do projeto acertadamente afirmou que “vivenciar hoje (2008) esse espaço é praticamente impossível” (Idem, p. 17).

O levantamento e estudos elaborados em 2008 para fundamentar o projeto apontaram os problemas de circulação e fragmentação do espaço que retiravam da praça sua condição de lugar de permanência, apresentando um passeio recortado por vagas de estacionamento de veículos (figura 24; 25; 26). Sobre o estado em que se encontrava antes da requalificação, o Memorial Descritivo do projeto acertadamente afirmou que “vivenciar hoje (2008) esse espaço é praticamente impossível” (Idem, p. 17).



Figuras 24 e 25
Praça Rio Branco, 2008.
Fonte: PMJP

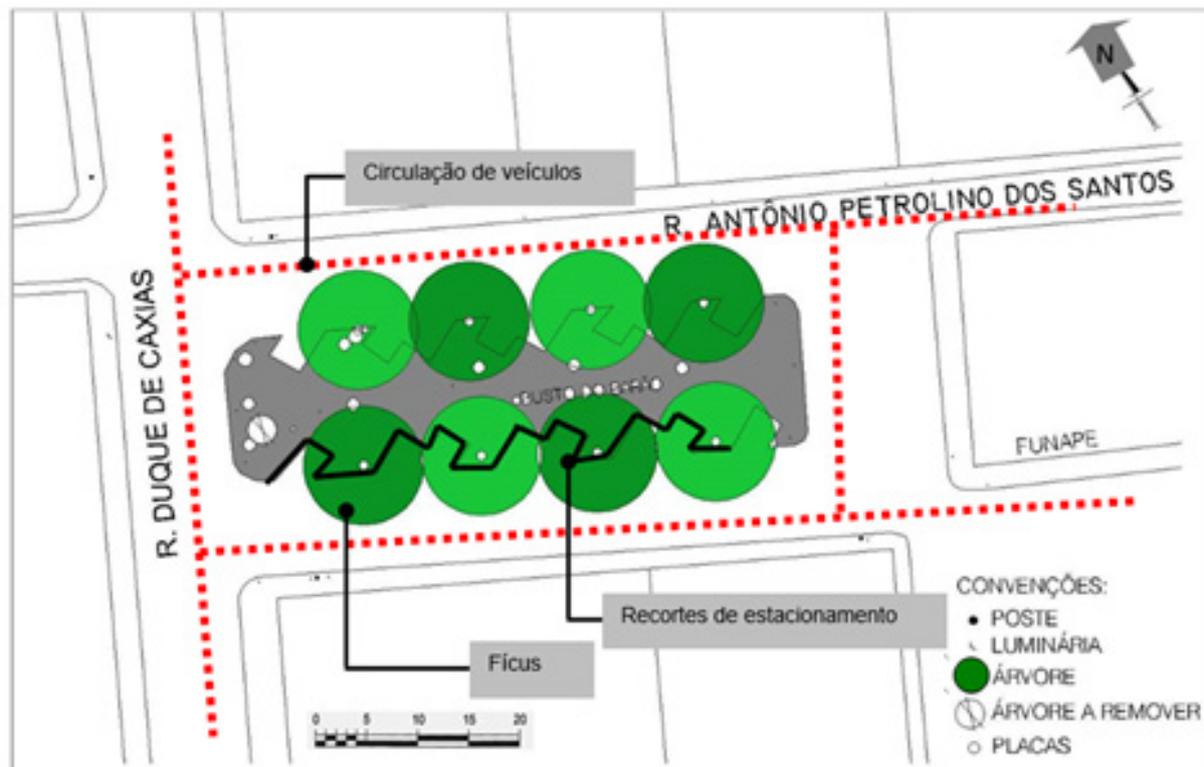


Figura 26
Layout da Praça Rio Branco, 2008.
Fonte: PMJP

Esta desordem interferia não somente na legibilidade do espaço da praça, mas também na de seu entorno que apresenta consideráveis modificações, mas ainda guarda memória de importantes edificações da administração da cidade, como o antigo açogue, casa do erário e correio. No entanto, ficava comprometida a identidade da praça devido ao uso indiscriminado de placas e letreiros nas edificações, além da aplicação de pinturas, texturas e materiais não permitidos pelas normativas de conservação do Centro Histórico.

A proposta posta em prática visava revisar o desenho de piso, oferecendo um passeio mais amplo e contínuo ao pedestre e uma retração do uso do espaço para estacionamento de veículos. Além disto, era fundamental a restauração de algumas edificações circunvizinhas e a manutenção de outras. Desta forma, a nova estrutura da Praça Rio Branco viria a proporcionar a apreensão e uma vivência mais adequada do espaço, tendo também a capacidade de acolher a realização de eventos culturais, embora não tenha sido este o objetivo primeiro do seu projeto. O principal evento que nela ocorre semanalmente, desde 2010, é o "Sabadinho Bom", projeto cultural implementado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no qual predominam apresentações de chorinho, a princípio compatíveis com o porte da praça.

³ As propostas apresentadas para geração de renda e manutenção do projeto por meio da apreensão do espaço torna-se ilusório pois, de certo modo, a praça deve ser e ter sua função desvinculada de qualquer atividade efêmera. Seguindo o conceito de Lamas (2004, p. 102), a Praça é "o lugar intencional de encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas".

Seguindo as diretrizes da "sustentabilidade do espaço", ou ao nosso ver "autosuficiência insuficiente"³, enquanto gerador de renda e por meio de novos usos, apresenta-se a proposta de requalificação da Praça Vidal de Negreiros, que diferentemente da já citada Rio Branco, não teve o IPHAN como seu agente interventor. Haja vista dos problemas perceptíveis para o espaço – o predomínio dos automóveis sobre o espaço do transeunte, a manutenção precária da estrutura física levando ao esvaziamento de suas funções e marginalização, confirma-se a necessidade imediata de intervenção.

Ocorre que com o passar dos anos a moderna Praça Vidal de Negreiros implantada para atender demandas próprias da década de 1970 tornou-se obsoleta, caindo em desuso. Soluções adotadas no próprio projeto contribuíram para isso: fragmentação do espaço devido à variação de níveis de piso, favorecimento da circulação de veículos depreciando pedestres com a criação do Viaduto Damásio Franca e a inserção de alça que permitiria circulação dos automóveis em direção à Rua Duque de Caxias (figuras 27; 28; 29). Soma-se a isso o já referido quadro geral de desprestígio econômico e social que atingiu a área central da cidade a partir do final do século XX. Sobre tal questão, nos diz Guedes, Leão e Sá Carneiro (2010, p. 11) referindo-se ao Ponto de Cem Réis:

década de 1930 prevalecesse o encontro das elites e na década de 1960 e 1970 o encontro dos líderes dos movimentos políticos, a Praça Vidal de Negreiros, ou o eterno Ponto Cem Réis, foi pouco a pouco perdendo o seu caráter de convívio e cedendo espaço para a circulação, posto que se encontra em meio à área de maior dinâmica do centro da cidade e na rota principal do deslocamento cidade baixa – lagoa. De 1970 a 2008, o lugar estava claramente setorizado pelas funções que exercia.



Figuras 27, 28 e 29

Praça Vidal de Negreiros, com alça interdita; em vista superior; vista do meio da vegetação densa em direção à alça de acesso.
Fonte: Denise Lemos, 2004

Assim, a fim de conceber este passeio continuado era preciso retirar os inúmeros desníveis e eliminar a barreira imposta pelo viaduto, transformando-o em um túnel (figuras 30; 31; 32; 33). Certamente esta foi uma das providências mais eficazes do projeto, tendo em vista a melhoria nos aspectos de acessibilidade, ampliação do espaço útil para o transeunte e apreensão da paisagem considerando a relação entre o espaço público e o seu entorno edificado.



Figuras 30 e 31

Praça Vidal de Negreiros, 2004 e 2010, respectivamente, com e sem a abertura do Viaduto Damásio Franca.
Fonte: Denise Lemos, 2004; Acervo Pessoal, 2010



Figura 32 e 33

Praça Vidal de Negreiros, 2010, sem a abertura do Viaduto Damásio Franca e com seu novo piso contínuo.
Fonte: Camila Cesar, 2010

A nova organização espacial da praça ficou não somente livre de obstáculos físicos e visuais, mas também de mobiliário e vegetação, uma vez que foi concebida visando permitir a realização de eventos, sejam exposições, feiras, shows, etc. Em seu perímetro interno foram instalados apenas alguns postes para iluminação,

um monumento em homenagem a Vidal de Negreiros, de quem a praça herdou o nome, e três domos piramidais que fornecem iluminação e ventilação natural ao depósito instalado no subterrâneo da praça, após o fechamento a alça viária já referida. Bancos, lixeiras e vegetação foram dispostos nas áreas limites da praça, o que tornou o espaço central um local de passagem e não de permanência, mas em contrapartida tornou possível o objetivo de proporcionar uma maior liberdade de uso e diversificar sua função.

Na realidade, a forma esporádica que estas atividades acontecem e a dependência de ações administrativas-governamentais que definem a realização das mesmas, limitam a finalidade a qual foi submetida a Praça Vidal de Negreiros, tornando-a um grande vazio urbano. Desta forma, pode-se dizer que o funcionamento da mesma foi prioritariamente voltado para atividades de caráter cultural, não priorizando sua vocação primeira de espaço de convivência cotidiana.

A difícil tarefa de enfrentar as diferentes condições de uso, ocupação e estado de conservação, somado a problemas específicos de propriedade dos edifícios circundantes à praça, que envolve processos judiciais e causas sociais, resultou em uma intervenção que se limitou ao tratamento do espaço livre público, ignorando completamente a arquitetura do entorno, apesar da reconhecida relevância da mesma. Portanto, se o objetivo principal da intervenção era explorar o potencial da praça enquanto local para eventos, o difícil contexto no qual está inserida reforçou ainda mais tal decisão. Ao final, a Praça Vidal de Negreiros se tornou um grande palco a céu aberto, sempre disponível a espetáculos culturais, mas sem reforçar sua identidade nem valorizar seu próprio patrimônio.

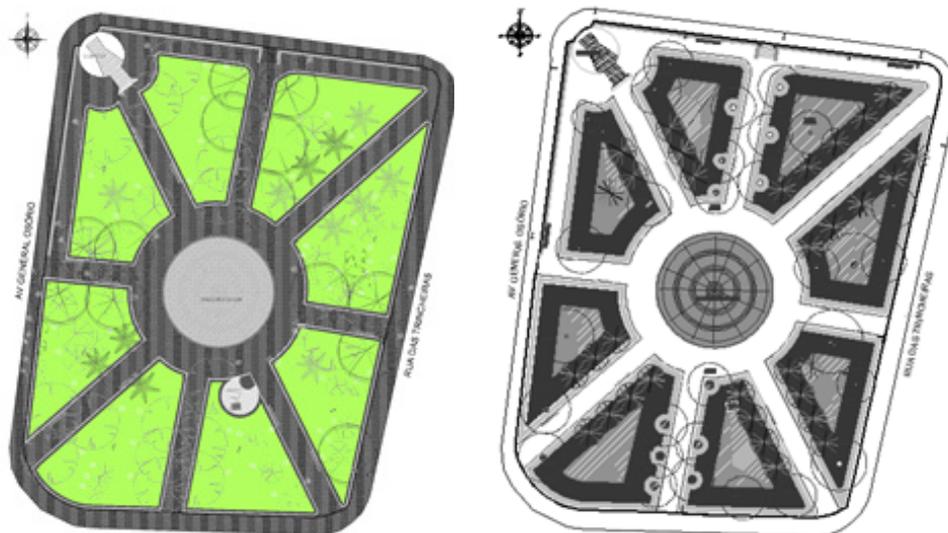
Esta análise parcial serve de ponto de partida para introduzir a terceira praça a ser estudada: a Venâncio Neiva, que se por um lado não apresentava problemas quanto à circulação viária e ordenação espacial, por outro tem peculiaridades quanto ao seu entorno imediato e seus usuários cotidianos, o que trazem implicações de desuso degradação sobre este espaço público.

A Praça Venâncio Neiva se encontra no limite do perímetro de tombamento do IPHAN, local onde o comércio não é dominante e há um inexpressivo número de moradias, mas também está cercada por duas realidades bem contrastantes. Em suas faces norte, leste e sul predominam edifícios institucionais significativos e frequentados por usuários de elevado poder social e econômico, a exemplo, o Palácio do Governo

do Estado. Na face oeste, as antigas residências foram ocupadas por bares e pousadas – muitas vezes utilizadas para práticas de prostituição, que aliada ao consumo de drogas vem mudando o perfil das atividades e usuários de seu o entorno.

Além da realidade 'marginal' instaurada, a estrutura, em geral da Praça Venâncio Neiva, estava bastante degradada, com as calçadas danificadas e um modesto mobiliário composto de bancos e algumas poucas lixeiras. Portanto, era notória a necessidade de uma intervenção que teve início no ano de 2009, por iniciativa da Prefeitura Municipal.

Ainda assim, no projeto de requalificação proposto à praça teve poucas modificações em sua configuração estrutural sendo mantido o desenho dos caminhos e canteiros, condicionados pelas edificações existentes – o pavilhão central (figuras 34; 35). Na verdade, o ponto focal da intervenção foi reverter a qualidade do espaço e de suas edificações, perdida em função do abandono e depredação causada por seus usuários e usos indevidos.



Figuras 34 e 35

Layout da Praça Venâncio Neiva, respectivamente, antes e depois da requalificação de 2009.

Fonte: PMJP

O que se percebe é que o projeto priorizou os problemas estruturais, como se estes fossem os mais graves, e ignorou a vasta problemática social na qual a Praça Venâncio Neiva está inserida. A busca em retomar o espaço, com a restauração das edificações (Pavilhão Central e Coreto Lateral), inserção de um novo piso, ajardinamento e reorganização dos canteiros pode contribuir para chamar atenção novamente para o lugar, mas não consegue solucionar a degradação social

que a cerca e que compromete o resultado da requalificação executada. Este resultado mantém o espaço da praça semelhante ao que era mas com uma aparência de novidade em grande parte associada ao “make-up” realizado no coreto e pavilhão, os quais, com nova roupagem, compõem um novo cenário: trata-se de uma maquiagem embelezadora do lugar (figuras 36; 37).



Figura 36 e 37

Pavilhão do Chá, 1980. Pavilhão do Chá, 2011.

Fontes: <<http://www.centrohistoricojp.blogspot.com.br/2008/02/praa-venancio-neiva.html>>. Acesso em: 10/06/12 e Acervo Pessoal.

Enfim, pudemos perceber diversos caminhos, mas em qual deles está o que vai trazer a possibilidade de manter o Centro Histórico ativo, conservado e apropriado pela população, pois sem que esta assuma a defesa do patrimônio nenhuma ação institucional será suficiente para cumprir tal objetivo.

Considerações Finais

A diversidade de ações e os distintos resultados, produzem uma marca latente dos processos em prol da conservação do patrimônio, que é evidenciado desde os anos de 1980 e persistem até a primeira década dos anos 2000: a confusão sobre qual tipo de intervenção está sendo realizado. As nomenclaturas vão se confundindo e sendo empregadas de forma despreocupada – ora tem-se revitalização, ora se reproduz reabilitação, além de outros termos dissonantes às ações.

Como exemplo, no ano de 2014, a Prefeitura Municipal de João Pessoa inicia um processo de intervenção no Parque Solon de Lucena, espaço que se encontra inserido na poligonal de tombamento rigoroso do IPHAEP. Trata-se de uma grande área verde, formada

por árvores de porte diversificado e pela lagoa, ícone do lugar. No dito ano, no perímetro do Parque foram inseridas duas placas que relatam a obra. Em uma é possível ler “Revitalização da Lagoa”, em outra observa-se “Reabilitação da Lagoa”. Ora, esta dupla classificação nos comprova que ainda não se sabe ao certo o que será feito, ou mesmo qual o significado de cada termo. Revitalizar ou reabilitar um espaço que é ponto central para todos os ônibus que circulam na capital paraibana e que, por conseguinte, concentra um grande número de pessoas, é minimamente inapropriado. As funções do lugar, apesar da pouca qualidade estrutural, eram realizadas sem maiores restrições, o que também não justifica as denominações empregadas ao projeto.

Observa-se que até mesmo os órgãos de salvaguarda do Patrimônio não encontram consistência de discurso ou autonomia para os pareceres e restrições, tendo em vista que tanto IPHAN quanto IPHAEP são intitulados aptos apenas para o âmbito da preservação, em detrimento da corriqueira conservação⁴.

Esta realidade recorrente insinua um futuro incerto sobre a forma de se pensar requalificação⁵, não somente em praças patrimoniais, mas em todo o sítio histórico. Se a cidade de João Pessoa é um reflexo, uma resposta aos hábitos estabelecidos em todo país, e até mesmo no mundo, podemos perceber que realmente existiu um pensamento comum sobre o modo de se requalificar o patrimônio. No entanto, o século XXI, trouxe consigo uma complexidade maior no lidar com a conservação, pois não traça um roteiro, mas tende a alcançar os interesses particulares dos agentes da intervenção. Requalificar um espaço deve não somente incidir sobre o lugar isoladamente, mas considerar seu entorno, seus usuários atuais e os pretendidos, de forma que o patrimônio seja valorizado, apreendido e preservado.

⁴ Conforme a ‘Carta de Burra’ (1980), a conservação prevê ações diversas que não se limitam à restauração e “segundo as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de construção ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas”. Entende-se então que a conservação determina a proteção e utilização racional que garanta a sustentabilidade do bem, admitindo a restauração, adaptações/ modificações, e a proteção integral a fim de evitar a perda total ou parcial do bem, entendendo-o como algo a ser protegido em sua memória e integridade física.

⁵ Requalificação é o termo que melhor se adapta as inúmeras ações ocorridas ao logo das décadas pois não se detém à estrutura física, mas aponta novas qualidades a serem empregadas ao espaço: funcionais, estéticas, formais, etc.

Referências

- A UNIÃO. *Convênios garantem verba para monumento*. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 10 de maio de 1988, p. 01.
- A UNIÃO. *Cidade Baixa ganha 'cara nova' em tons e cores*. Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 30 de março de 1997. Jornal de Domingo, p. 03.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 20/08/2013.
- CABRAL, Ana Karina P. *Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba: o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural*. 3ER CONGRESSO VIRTUAL DE TURISMO CULTURAL NAYA, 2005. Buenos Aires - Argentina. 2005. Disponível em <www.carlamaryoliveira.pro.br/artigo_ana_cabral.html>. Acesso em: 04/12/2013.
- CARTA DE TURISMO CULTURAL, 1976. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 3 ed., IPHAN. 2000.
- CARTA DE VENEZA, 1964. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 3 ed., IPHAN. 2000.
- CARTA DE WASHINGTON, 1987. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 3 ed., IPHAN. 2000.
- CONFERÊNCIA DE NARA, 1994. In: CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 3 ed., IPHAN. 2000.
- CORREIO DA PARAÍBA. "A vez de João Pessoa"; "Revitalização do Centro Histórico". Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 08 de março de 1997.
- CPDCH. Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. *Centro Histórico de João Pessoa: Monumento Nacional*. Outubro de 2002, p. 108-109.
- COSTA, Ana Luiza Schuster da. *Perímetro de Proteção do Centro Histórico de João Pessoa: Três décadas de história*. João Pessoa, 2009. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- Deliberação n. 005/2004. Decreto Estadual nº 25.138/2004. Disponível em <www.jusbrasil.com.br/diarios/44313687/doespb-20-02-2005-pg-2>, acesso em 25/12/2013.
- ENDRES, Ana Valéria. OLIVEIRA, Carla Mary S. MENEZES, Danielle Abrantes de. *Turismo no Centro Histórico de João Pessoa: revitalização, planejamento e não-lugar*. Revista Eletrônica de Turismo Cultural, 2º Semestre de 2007. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural/carla.pdf>>. Acesso em: 10/12/2013.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. *Operação Pelourinho: o que há de novo além das cores?* In: ZANCHETTI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILLET, Vera (Orgs.). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Revalorização de Áreas Urbanas Centrais*. Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE. Projeto PNUD-SEPURB BRA 93/013, 1995, p. 46-51.
- FONSECA, Maria Cecília L. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUEDES, Rafaela; LEÃO, Tharcila; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. *O ponto cem réis marcando a paisagem de João Pessoa – PB*. In: 1º COLÓQUIO IBERO AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS. João Pessoa, agosto de 2010.

IPHAEP. *Parecer endereçado ao Escritório de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, em 05 de setembro de 1988. Disponível na Biblioteca do IPHAN da Superintendência da Paraíba. Acesso em 01 de outubro de 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas: manual de orientação*. Brasília-DF: IPHAN: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em: < www.capacidades.gov.br>. Acesso em: 28/10/2014.

MELO, Tadeu de Brito. *Do vazio urbano: identificação e análise dos vazios urbanos do centro tombado de João Pessoa*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Arquitetura e Urbanismo, UFPB, 2009.

LE GOFF, Jacques, *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. *Memorial Descritivo da Praça Rio Branco: Restauração da Praça Rio Branco*. Plano de Ação para Cidades Históricas - IPHAN em parceria com a Secretaria do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, 2009.

PMJP. Prefeitura Municipal de João Pessoa. *PMJP recupera três importantes áreas históricas de João Pessoa*. Site oficial da PMJP, 06 de setembro de 2010. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-recupera-tres-importantesareas-historicas-de-joao-pessoa/>>. Acesso em: 16/03/2014.

PRPDA. *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. 1988. Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto de Cooperação Ibero-americano: Comissão Nacional do V Centenário Espanha. Disponível em: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Acesso em: 12/04/2014.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937 – 1990)*. Salvador, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. 1995.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C. *Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004. SPHAN. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Pró-Memória. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Nº. 31. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1980.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Objetivos, estratégias e resultados. 2. ed. Baurerri, SP: Manole, 2009.